



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
 Rua Sorbone 375, . - Centreville
 CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012532-06.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Adriana Xavier Linhares**
 Requerido: **Rodrigo Sergio Bertolino e outros**

Alex Ricardo dos Santos Tavares

A autora Adriana Xavier Linhares propôs a presente ação contra os réus Rodrigo Sérgio Bertolino, Ângela Lanzilotti Castilho e Fábio Cortez, pedindo: a) dano material no valor de R\$ 114.567,00; b) dano moral no valor de R\$ 135.600,00; c) pagamento de multa diária até a liberação da obra.

O réu Fábio, em contestação de folhas 318/322, pede a improcedência do pedido, porque não foi contratado pela autora como responsável técnico pela obra.

A ré Ângela, em contestação de folhas 327/342, pede a improcedência do pedido, porque apenas apresentou o projeto arquitetônico, não ficando responsável pelo acompanhando da obra.

O réu Rodrigo não apresentou contestação, conforme certidão de folhas 352, apesar de citado (folhas 275).

Decisão saneadora de folhas 371/375, em que se excluiu da lide a senhora Camila Bertacini Almas de Jesus, fixou os pontos controvertidos e determinou a produção da prova oral.

Audiência de Instrução e Julgamento realizada em 30 de março de 2015. Prova oral de folhas 425. As partes debateram oralmente a causa.

É o relatório. Fundamento e decido.

Empreitada é contrato em que uma das partes (o empreiteiro), mediante

0012532-06.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

remuneração a ser paga pelo outro contratante (o dono da obra), obriga-se a realizar determinada obra, pessoalmente, ou por meio de terceiros, de acordo com as instruções deste e sem relação de subordinação.

O dono da obra pode rejeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalhos de tal natureza.

A responsabilidade do réu Rodrigo restou comprovada pela revelia e pelo distrato de folhas 89/92.

Improcede a causa de pedir com relação ao réu Fábio, porque não há nos autos documento bilateral de sua contratação para fiscalização da obra. A prova oral não estabeleceu sua responsabilidade.

Improcede a causa de pedir com relação à ré Ângela, porque não há nos autos documento bilateral comprovando que ela foi contratada para fiscalizar a execução da obra. O instrumento particular de cessão de direitos de folhas 30/32 não impõe tal obrigação.

O email de folhas 66, juntado pela própria autora, indica que a ré não foi contratada para fiscalizar a construção.

Com efeito, o artigo 610, §2º, do Código Civil afasta a responsabilidade da ré Ângela, ao dispor: “O contrato para elaboração de um projeto não implica a obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução”.

Repito: não há nos autos contrato entre a autora e a ré tendo por objeto a fiscalização da obra. Outrossim, a prova oral não foi suficiente para caracterizar o contrato.

Desse modo, improcede o pedido contra a ré Ângela.

O dano material restou comprovado pelo distrato de folhas 89/92.

O dano moral, por sua vez, fica afastado, porque a inexecução do contrato pelo réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Rodrigo não causou ofensa à honra, à dignidade ou à imagem da autora.

O pedido de fixação de multa, também, fica afastado, por não se tratar de ação de obrigação de fazer.

Por fim, afasto o pedido de litigância de má-fé, porque ausente o propósito de prejudicar.

Diante do exposto: a) acolho, em parte, o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar o réu Rodrigo Sérgio Bortolino a pagar a quantia de R\$ 114.567,00 com atualização monetária e juros de mora a contar do distrato de folhas 92 (12/06/2012). Sucumbente em parte, aplico o caput do artigo 21 do CPC, observando-se a gratuidade processual concedida em favor da autora; b) rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, com relação ao réu Fábio Cortez. Condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da causa, ante a complexidade da causa, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual; c) rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, com relação à Ângela Lanzilotti Ambrogi Castilho. Condeno a autora no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% sobre o valor da causa, ante a complexidade da causa, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a contar do trânsito em julgado, observando-se, contudo, os benefícios da gratuidade processual. Cumpra a serventia o determinado às folhas 424. Oficie-se.

P.R.I.C.

S. C., 06/04/2015



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
Rua Sorbone 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**